



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R. A. DEAS
15.06.2015

PETIÇÃO Nº 5284 XII/4A

Sua Referência:

Exma. Senhora

Nossa Referência: FP-114/2015

Presidente da Assembleia da República

Data: 15/06/2015

Palácio de S. Bento

1249-068 LISBOA

Assunto: Envio de Petição "EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE" – Região Norte

Senhora Presidente,

Junto enviamos as assinaturas recolhidas para esta petição nos distritos que integram a região educativa e sindical do norte, a saber: Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. São 4.308 assinaturas, no conjunto das recolhidas em suporte de papel (2.831) e as recolhidas online (1.477).

Fica a FENPROF a aguardar que, nos termos regimentais, esta petição siga os trâmites estabelecidos.

Com os mais respeitosos cumprimentos

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>527446</u>
Classificação <u>15/01/1111</u>
Data <u>15.06.2015</u>

Secretariado Nacional

Mário Nogueira

Mário Nogueira
Secretário-Geral

PETIÇÃO

**Moralizar a utilização de dinheiros públicos.
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.**

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

De acordo com a lei, "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1, art.º 37.º, Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo) e, na nossa Constituição da República, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (art.º 75.º).

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que não é compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas, como forma de transformar a Educação em negócio.

Não estando em causa a liberdade da iniciativa privada na Educação, é condenável que esta, visando o lucro para os seus proprietários, ocorra à custa dos impostos pagos por todos os portugueses e da degradação da escola pública.

CONSIDERANDO:

1. O facto de existir uma rede de escolas públicas apetrechadas de recursos materiais e humanos, que garantem um ensino de qualidade universal, gratuito e inclusivo, dando resposta às necessidades locais;
2. A inexistência de qualquer medida por parte do governo para pôr fim aos injustificáveis apoios aos colégios privados, aumentando a despesa, enquanto fomenta um progressivo, lento e mortífero empobrecimento da escola pública;
3. Que as escolas públicas passam por muitas dificuldades devido ao seu subfinanciamento (alunos sem transportes escolares; alunos com necessidades educativas especiais que não têm apoios; equipamentos desportivos, laboratórios, espaços de convívio e mesmo salas de aulas ou edifícios que se degradam; escolas públicas que poderão estar impedidas de pagar despesas de manutenção como o pagamento de despesas de água e electricidade, gás ou aquecimento de salas de aula, pondo em causa o necessário conforto da oferta pública de ensino), enquanto o governo português se prepara para uma experiência piloto de aplicação do cheque ensino que custará 19,6 milhões de euros ao Estado;
4. A necessidade de pôr cobro a um conjunto de irregularidades, ilegalidades e implicações de ordem social que resultam da manutenção de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado;
5. A defesa pelo governo e pela maioria parlamentar que o suporta de uma lógica mercantilista, resultante de uma agenda neoliberal, que se sobrepõe às necessárias preocupações sociais e educativas quanto à oferta de uma Educação de qualidade, inclusiva e universal;
6. A recente aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que desvaloriza ainda mais a escola pública e do papel do Estado na sua promoção, ao mesmo tempo que se assume como instrumento de favorecimento do ensino privado e orientado para promover a privatização do sistema público de ensino;

Os signatários reclamam:

- O fim de medidas de política educativa que se destinam a aumentar o financiamento das instituições privadas e a agravar a despesa do Estado e que levam ao desperdício de recursos humanos altamente qualificados e de condições físicas, materiais e de horário adequadas a uma resposta que se quer de qualidade e que o Estado pode e deve garantir na sua rede de estabelecimentos de ensino público;

Volte SFF

- O fim progressivo dos contratos de associação com escolas privadas, sempre que existir, na área da sua implantação, oferta pública que garanta o acesso ao sistema de ensino a todas as crianças e jovens;
- A avaliação pela Assembleia da República das iniciativas tomadas pelos governos e pela administração educativa regional na promoção do ensino privado, em detrimento da escola pública, e a divulgação pública dos resultados dessa avaliação;
- A responsabilização civil e criminal de quem, politicamente, criou e alimentou esta situação gravíssima que atenta contra a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o quadro legal vigente nas últimas três décadas, para além de constituir uma efectiva delapidação do erário público;
- A responsabilização civil e criminal de proprietários e direcções de colégios por eventuais crimes cometidos contra o Estado e os portugueses, obrigando os mesmos a indemnizar o Estado pela utilização indevida ou apropriação de dinheiros públicos para outros fins, que não os da Educação.

O distrito de Aveiro, constituiu, desde sempre, um terreno apetecível para o investimento privado (pessoal e empresarial) na educação, que se traduz na existência de 9 estabelecimentos, concentrados em 7 dos seus 19 concelhos. Segundo o Relatório (Janeiro, 2011) sobre a Rede do Ensino Particular e Cooperativo com "contrato de associação", elaborado pela Universidade de Coimbra, a pedido do Ministério da Educação, frequentavam estes estabelecimentos 6.203 alunos, distribuídos por 258 turmas. Em todos estes concelhos, existe resposta da Escola Pública para estes alunos. Os números, que não terão sofrido alterações significativas até ao presente, atestam o "elevado volume de despesa" que os dinheiros públicos "cobrem".

Entretanto, a Escola Pública, cujos orçamentos reflectem a progressiva diminuição do investimento público na educação, debate-se com a contenção de despesas a par de um discurso de pressuposta racionalização de custos.

Os signatários exigem o cumprimento da lei e a abolição dos privilégios a estes interesses privados que florescem à custa do erário público.

Nome legível	B. Identidade/ C. Cidadão
--------------	---------------------------

Devolver, até 5 de Abril, para: Em defesa da Escola Pública
 R. de Angola, 42, Lj B, Urb. Forca-Vouga, 3800-008 AVEIRO | R. Dr. Sá Carneiro, 108-1.º-Sala G/H 3700-254 S.
 João da Madeira | Edifício Alcaide, R. S. Nicolau, 33-5.º Salas AE e AD, 4520-248 Santa Maria da Feira
 Ou entregar nas organizações aderentes

PETIÇÃO

**Moralizar a utilização de dinheiros públicos.
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.**

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

De acordo com a lei, "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1, art.º 37.º, Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo) e, na nossa Constituição da República, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (art.º 75.º).

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que não é compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas, como forma de transformar a Educação em negócio.

Não estando em causa a liberdade da iniciativa privada na Educação, é condenável que esta, visando o lucro para os seus proprietários, ocorra à custa dos impostos pagos por todos os portugueses e da degradação da escola pública.

CONSIDERANDO:

1. O facto de existir uma rede de escolas públicas apetrechadas de recursos materiais e humanos, que garantem um ensino de qualidade universal, gratuito e inclusivo, dando resposta às necessidades locais;
2. A inexistência de qualquer medida por parte do governo para pôr fim aos injustificáveis apoios aos colégios privados, aumentando a despesa, enquanto fomenta um progressivo, lento e mortífero empobrecimento da escola pública;
3. Que as escolas públicas passam por muitas dificuldades devido ao seu subfinanciamento (alunos sem transportes escolares; alunos com necessidades educativas especiais que não têm apoios; equipamentos desportivos, laboratórios, espaços de convívio e mesmo salas de aulas ou edifícios que se degradam; escolas públicas que poderão estar impedidas de pagar despesas de manutenção como o pagamento de despesas de água e electricidade, gás ou aquecimento de salas de aula, pondo em causa o necessário conforto da oferta pública de ensino), enquanto o governo português se prepara para uma experiência piloto de aplicação do cheque ensino que custará 19,6 milhões de euros ao Estado;
4. A necessidade de pôr cobro a um conjunto de irregularidades, ilegalidades e implicações de ordem social que resultam da manutenção de uma política de claro apoio do ministério da Educação e Ciência ao subsistema privado;
5. A defesa pelo governo e pela maioria parlamentar que o suporta de uma lógica mercantilista, resultante de uma agenda neoliberal, que se sobrepõe às necessárias preocupações sociais e educativas quanto à oferta de uma Educação de qualidade, inclusiva e universal;
6. A recente aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo que desvaloriza ainda mais a escola pública e do papel do Estado na sua promoção, ao mesmo tempo que se assume como instrumento de favorecimento do ensino privado e orientado para promover a privatização do sistema público de ensino;

Os signatários reclamam:

- O fim de medidas de política educativa que se destinam a aumentar o financiamento das instituições privadas e a agravar a despesa do Estado e que levam ao desperdício de recursos humanos altamente qualificados e de condições físicas, materiais e de horário adequadas a uma resposta que se quer de qualidade e que o Estado pode e deve garantir na sua rede de estabelecimentos de ensino público;

- O fim progressivo dos contratos de associação com escolas privadas, sempre que existir, na área da sua implantação, oferta pública que garanta o acesso ao sistema de ensino a todas as crianças e jovens;
- A avaliação pela Assembleia da República das iniciativas tomadas pelos governos e pela administração educativa regional na promoção do ensino privado, em detrimento da escola pública, e a divulgação pública dos resultados dessa avaliação;
- A responsabilização civil e criminal de quem, politicamente, criou e alimentou esta situação gravíssima que atenta contra a Constituição da República, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o quadro legal vigente nas últimas três décadas, para além de constituir uma efectiva delapidação do erário público;
- A responsabilização civil e criminal de proprietários e direcções de colégios por eventuais crimes cometidos contra o Estado e os portugueses, obrigando os mesmos a indemnizar o Estado pela utilização indevida ou apropriação de dinheiros públicos para outros fins, que não os da Educação.

No caso do distrito de Porto, os signatários salientam ainda que os colégios com contratos de associação são 8, tendo entre o básico e o secundário, um total de 244 turmas contratualizadas, 702 professores e 6457 alunos envolvidos, em concelhos, cuja taxa de ocupação da oferta pública se encontra muito longe de estar esgotada. Sendo o diferencial entre o custo de uma turma no público e no privado de 15 000 € por ano, isto significa que, poderíamos poupar, 3 660 000 € por ano, se estes alunos estivessem nas escolas públicas, onde têm vagas.

Nome legível	BI/CC	Localidade
--------------	-------	------------

Devolver, até 5 de Abril, para: Em defesa da escola Pública, SPN – Rua D. Manuel II, 51C – 3ª, 4050-345 PORTO